



Carta de servidores ambientais mobiliza organizações e sociedade civil contra riscos de desmonte da política ambiental

A mobilização em defesa da política ambiental brasileira ganhou dimensão entre organizações sociais às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2026. Elaborada pela ASCEMA Nacional, a *Carta aberta aos servidores e servidoras da área ambiental*, que também convoca a sociedade brasileira a refletir sobre o futuro da gestão socioambiental do país, já reúne mais de 1.700 assinaturas individuais e o apoio de representantes de cerca de 200 organizações sociais. O documento segue aberto a novas adesões.

A iniciativa surgiu diante dos riscos que uma eventual eleição de Flávio Bolsonaro (PL) representa para a estrutura federal de proteção ambiental. A carta analisa propostas do candidato e recupera medidas adotadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), apontando os possíveis impactos de uma retomada dessa orientação política sobre os órgãos ambientais, a fiscalização, o licenciamento, a conservação da biodiversidade e as condições de trabalho dos servidores públicos.

A amplitude das adesões evidencia que a preocupação ultrapassa os limites da carreira ambiental federal. Entre as organizações que apoiam a carta estão associações de servidores do Ibama e do ICMBio, entidades representativas de povos indígenas, organizações da sociedade civil, coletivos culturais, movimentos populares, brigadas voluntárias, organizações dedicadas à conservação da natureza, associações de engenheiros ambientais e sanitaristas, instituições de ensino e pesquisa, universidades, consultorias ambientais e entidades sindicais.

Os riscos apontados pela carta

O documento examina propostas do plano de governo de Flávio Bolsonaro, entre elas a promessa de eliminar supostas sobreposições entre Ibama, Funai e ICMBio, cortar pelo menos dez ministérios e conceder licenças ambientais caso os órgãos responsáveis não se manifestem dentro de determinado prazo. Para a ASCEMA Nacional, essas medidas levantam preocupações sobre a manutenção das estruturas públicas, a capacidade de fiscalização e a proteção ambiental diante da falta de pessoal e de recursos.

A carta também resgata episódios do governo anterior, como o aumento do desmatamento na Amazônia, as mudanças na composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), os conflitos envolvendo operações de fiscalização e a paralisação de mecanismos de financiamento ambiental. A intenção é relacionar os compromissos anunciados pelo candidato à experiência vivida pelos servidores e às consequências das decisões políticas para a proteção dos biomas brasileiros.

Outro ponto de alerta é o futuro do serviço público. O plano de governo prevê um “corte profundo” na máquina pública e anuncia a continuidade da reforma administrativa. Segundo a carta, esse direcionamento pode comprometer a estabilidade dos servidores, a autonomia técnica, a capacidade operacional dos órgãos ambientais e as condições necessárias para que o Estado cumpra suas atribuições.

Defesa ambiental é defesa da sociedade

Ao ampliar o diálogo para além dos servidores, a ASCEMA Nacional busca demonstrar que o futuro das instituições ambientais diz respeito a toda a população. A capacidade do Estado de combater o desmatamento, enfrentar o garimpo ilegal, proteger terras indígenas e unidades de conservação, preservar a biodiversidade e garantir o cumprimento da legislação ambiental tem efeitos diretos sobre a qualidade de vida, a segurança hídrica, a produção de alimentos e o enfrentamento das mudanças climáticas.

A mobilização continua. Como a carta permanece aberta a novas assinaturas, entidades, servidores e cidadãos ainda podem aderir ao documento e ampliar a manifestação pública em defesa do Ibama, do ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente e do SISNAMA.

Brasília, 23/10/2026

ASCEMA Nacional